

Os anos de chumbo

Nesta aula

Os chamados “anos de chumbo” desenvolveram-se sob a inspiração da linha dura, do Ato Institucional nº 5 e da ideologia da “segurança nacional”. Com Médici no poder, o país passou por uma das mais duras fases de restrição política da História da República.

Em nome do desenvolvimento dizia-se ser necessária a segurança, e por segurança subentendia-se a eliminação de qualquer tipo de oposição.

Nesta aula vamos entender melhor esse período difícil da nossa História, e ver que, apesar de tudo, a resistência achou brechas para se manifestar.

“Milagre” econômico

Os governos militares se propunham a realizar um gigantesco esforço de desenvolvimento, baseado na associação das empresas nacionais com empresas multinacionais. Prometendo estabilidade política ao capital estrangeiro, foram atraídos empréstimos para grandes obras e novos investimentos.

Foi assim que, durante o regime militar, aumentou várias vezes o **Produto Interno Bruto** (PIB), que é o valor de tudo que se produz no país. Esse desenvolvimento recebeu o nome de “milagre”, transformando a economia brasileira na oitava do mundo.

O aumento da riqueza produzida no país resultou em melhoria de vida para uma parcela da população: a classe média. Os salários, no entanto, foram contidos, e ninguém podia reivindicar nada.

Nessa época, apesar da crescente industrialização, o quadro social agravou-se com o aumento de favelas, de menores abandonados, de violência urbana... E tudo isso num país que se desenvolvia a olhos vistos.

O ministro da Fazenda Delfim Neto explicava que era preciso “fazer o bolo crescer” para, depois, reparti-lo. Mas até o presidente reconhecia: “A economia vai bem, mas o povo vai mal.”

Brasil, ame-o ou deixe-o

As empresas multinacionais queriam garantias de que os seus investimentos não seriam encampados se houvesse uma revolução socialista, ou seja, se houvesse subversão da ordem capitalista. Com a doutrina da “segurança

nacional e desenvolvimento”, os militares, aliados ao alto empresariado, conseguiram a estabilidade política necessária. Essa doutrina, que visava garantir a soberania nacional, o progresso, a paz social e a democracia, vai crescendo por causa da concentração de poderes nas mãos do presidente militar e por causa das campanhas de controle, repressão e propaganda do regime.



Criados pelo governo, estes lemas eram divulgados pelo país inteiro.

Por trás da doutrina, que estava escrita em um programa, existia uma ideologia da “segurança nacional”. Mas estaria o Brasil ameaçado por alguma potência estrangeira? Não. O que corria risco era o sistema capitalista, as propriedades, as empresas, os lucros fáceis. Nesse momento em que o capitalismo estava sendo ameaçado pelo socialismo, era preciso defendê-lo.

Repressão

O governo do presidente Emílio Garrastazu Médici é o ápice dessa ideologia, que apesar de falar em paz social e democracia, levava o Estado ao aperfeiçoamento máximo dos mecanismos de defesa interna. Por meio da repressão violenta, os grupos armados foram aniquilados. Os que combatiam o regime eram chamados de “terroristas” e “subversivos”. Quando presos, perdiam qualquer direito político ou humano.

A propaganda

O Brasil de Médici não era apenas grande, era gigantesco. O próprio presidente dizia: “Ninguém segura este país”. Além das obras monumentais, como a ponte Rio-Niterói e a rodovia Transamazônica, o governo estendeu o mar territorial brasileiro para 200 milhas. Na comemoração dos 150 anos da Independência, foram trasladados, com muita pompa, os restos mortais de D. Pedro I que estavam em Portugal.

Em 1970, com a conquista do tricampeonato mundial de futebol, no México, os órgãos de propaganda montaram a imagem do “país que vai pra frente”, e utilizavam músicas como ‘Eu te amo meu Brasil, meu coração é verde, amarelo, azul anil’ e “Moro num País tropical, abençoado por Deus e bonito por natureza”. E quem não concordasse, que se mudasse! No exterior, era grande a colônia de brasileiros exilados por motivos políticos.

Censura, nunca mais!

Desde o golpe de 64, estava difícil para trabalhadores e políticos criticarem o governo. A censura mandava recolher jornais, acabar com programas de rádio, e proibia a encenação de peças de teatro. No entanto, os operários ainda se organizavam e protestavam. Mas, depois do Ato Institucional nº 5, isso se tornou impossível. Para que ninguém contestasse essa imagem que se queria fazer do governo e do país, era preciso manter sob controle os meios de comunicação, as artes, os sindicatos e até os professores.

O movimento estudantil entrou em conflito com a polícia e com outras forças da repressão.

No governo Médici foi instituída a **censura prévia**. Tudo que se lia, via ou ouvia, tinha de ser autorizado pelo Departamento de Censura Federal. Os filmes sofriam cortes; peças de teatro eram modificadas, e até se alteravam letras de músicas. A liberdade de imprensa foi tolhida de tal modo que, dentro da redação de jornais e revistas, havia censores.

Os livros considerados subversivos foram retirados das bibliotecas e livrarias. Disciplinas como **Filosofia** e **História**, que são tão importantes para o desenvolvimento do pensamento e da crítica, foram simplesmente eliminadas dos currículos escolares. Em seu lugar foi introduzida uma disciplina chamada Estudos Sociais, que misturava a história oficial e geografia, e Educação Moral e Cívica, cujo objetivo era a doutrinação dos estudantes.

A ampliação da violência e do controle da imprensa e das artes provocou um clima de tensão e de insegurança. Por isso, muitos artistas e intelectuais tiveram de sair do país, e os que ficaram foram perseguidos, além de terem sua liberdade de criação limitada pela censura e pelo medo da prisão.

Geraldo Vandré escreveu a música Para não dizer que não falei de flores.



Apesar da censura e das perseguições, a cultura resistia. Com a peça *Liberdade, Liberdade*, de Millôr Fernandes, o teatro continuava a evocar a liberdade de pensamento e de criação artística. Mas, no final dos anos 60 e nos anos 70, a música acabaria por se tornar a grande trincheira de resistência ao autoritarismo. Paralelamente ao sucesso da *Jovem Guarda*, com Roberto Carlos e Erasmo Carlos (influenciados pelo *rock* e pelos *Beatles*), destacam-se jovens compositores que faziam música de protesto: Chico Buarque, Edu Lobo, Milton Nascimento, Geraldo Vandré, entre outros. Influenciados pela bossa nova e pelo samba, utilizavam os festivais de música, o teatro e o cinema para resistir.

A música que transcrevemos abaixo ficou conhecida como um hino da resistência e oposição ao regime militar, e era sempre cantada em manifestações públicas.

Pra não dizer que não falei de flores

De Geraldo Vandré

*Caminhando e cantando e seguindo a canção
Somos todos iguais, braços dados ou não
Nas escolas, nas ruas, campos, construções
Caminhando e cantando e seguindo a canção*

*Vem, vamos embora, que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer*

*Pelos campos há fome em grandes plantações
Pelas ruas, marchando indecisos cordões
Ainda fazem da flor seu mais forte refrão
E acreditam nas flores vencendo o canhão*

*Há soldados armados, amados ou não
Quase todos perdidos, de arma na mão
Nos quartéis lhes ensinam antigas lições
De morrer pela Pátria e viver sem razão*

*Nas escolas, nas ruas, campos, construções
Somos todos soldados, armados ou não
Caminhando e cantando e seguindo a canção
Somos todos iguais, braços dados ou não*

*Os amores na mente, as flores no chão
A certeza na frente e a História na mão
Caminhando e cantando e seguindo a canção
Aprendendo e ensinando uma nova lição*

Um movimento que marcou época nos anos de 1967 e 1968 foi a **Tropicália**. Caracterizou-se pelo espírito irreverente, popular, de cantar as coisas do Brasil.

Os tropicalistas eram, em sua maioria, baianos: Caetano Veloso, Gilberto Gil, Tomzé, Capinam, e o piauiense Torquato Neto. Buscavam a comunicação direta com o povo, e falavam a sua linguagem, com ironia e bom humor. Além das letras, também inovavam na harmonia e na utilização da guitarra elétrica. Alguns conservadores achavam que eles iriam descaracterizar a música brasileira ao utilizar instrumentos eletrônicos. O **Programa do Chacrinha**, transmitido pela televisão, popularizou o movimento. Pela primeira vez o povo aparecia na “telinha” e se reconhecia.

**Caetano Veloso,
Rita Lee,
Maria Bethânia,
e outros artistas
formavam o grupo
tropicalista.**



A reação de parte da juventude ao que acontecia no Brasil e no mundo – as guerras, o consumismo, as injustiças sociais, a violência, a opressão e a repressão política – expressou-se numa postura de rebeldia. Muitos jovens passaram a incorporar a maneira de viver dos “hippies” que, na Europa e nos Estados Unidos, chocavam as pessoas mais conservadoras, com seus cabelos compridos, suas roupas extravagantes e sua defesa do amor livre. A música de Caetano Veloso *É Proibido Proibir* expressa bem o protesto dos jovens que, nos anos 60 e 70, se rebelaram contra a repressão sob todas as formas e defendiam a liberdade como filosofia de vida.



O tempo não pára

Para se legitimar, ou seja, para ser aceito pelo povo, o regime militar precisaria ter sucesso em desenvolver o país e dar melhores condições de vida à população. Embora conseguisse sufocar qualquer oposição, a ditadura não conseguiu superar suas próprias contradições. A partir de 1973, num cenário de crise internacional pela alta dos preços do petróleo e alta dos juros, o “bolo econômico” parou de crescer, sem que o povo tivesse recebido sua “fatia”. Iniciou-se, então, um longo e gradual processo de abertura política.

Exercícios

Relendo o texto

Leia mais uma vez o texto da aula, sublinhe as palavras que não entendeu e procure ver o que elas significam, no dicionário e no vocabulário da Unidade.

1. Releia **“Milagre” econômico** explique o que foi esse milagre.
2. Releia **Brasil, ame-o ou deixe-o** e responda:
 - a) por que o Ato Institucional nº 5 significou o endurecimento do regime?
 - b) de que maneira a propaganda ajudava a estabilizar o regime?
3. Releia **Censura, nunca mais!** e **Pra não dizer que não falei de flores** e explique de que forma a censura afetou a produção cultural do país.
4. Dê um novo título a esta aula.

Refazendo a História

O documento a seguir é um telex enviado pelo jornalista Ruy Mesquita ao ministro da justiça Alfredo Buzaid, e que circulou na imprensa como um grito de revolta pela humilhação da censura, que a impedia de exercer seu papel de informar:

Sr. Ministro:

Da Polícia Federal recebemos o seguinte aviso:

“De ordem do Sr. Ministro da Justiça, fica expressamente proibida a publicação de: notícias, comentários, entrevistas ou critérios (sic) de qualquer natureza (sic) abertura política ou democratização ou assuntos correlatos (sic); anistia a cassados (sic) ou revisão parcial de seus processos; críticas ou comentários ou editoriais desfavoráveis sobre a situação econômico-financeira; ou problema sucessório e suas implicações. As ordens acima transmitidas atingem quaisquer pessoas, inclusive as que já foram ministros de Estado ou ocuparam altas posições ou funções em quaisquer atividades públicas. Fica igualmente proibido pelo Sr. Ministro da Justiça a entrevista de Roberto Campos”.

Senhor Ministro, ao tomar conhecimento dessas ordens emanadas de V. S., o meu sentimento foi de profunda humilhação e vergonha. Senti vergonha, Senhor Ministro, pelo Brasil, degradado à condição de uma republiqueta de banana ou de uma Uganda qualquer por um governo que acaba de perder a compostura.

Parece incrível que os que decretam hoje o ostracismo forçado dos próprios companheiros de revolução, que ocuparam ontem cargos em que se encontram hoje, não cogitem cinco minutos do julgamento da História. O senhor, Senhor Ministro, deixará de sê-lo um dia. Todos os que estão hoje no poder dele baixarão um dia e, então, Senhor Ministro, como aconteceu na Alemanha de Hitler, na Itália de Mussolini, ou na Rússia de Stalim, o Brasil ficará sabendo a verdadeira história deste período em que a revolução de 64 abandonou os rumos traçados pelo seu maior líder, o marechal Castelo Branco, para enveredar pelos rumos de um caudilhismo militar que já está fora de moda, inclusive nas repúblicas hispano-americanas.

*Cheio de vergonha por ver meu país degradado a essa condição,
subscrevo-me humilhado,*

Ruy Mesquita, diretor do Jornal da Tarde e de O Estado de São Paulo.

Cópias ao Ministro Leitão de Abreu.

Cópias aos líderes da ARENA e do MDB, na Câmara e no Senado.

São Paulo, 20 de setembro de 1972.

Agora, responda: o que esse documento revela sobre a “revolução” de 1964?

